Celebrado no dia 26 de abril, o **Dia Mundial da Propriedade** Intelectual (PI) destaca a importância de um sistema de PI equilibrado e, em 2024, relaciona a inovação e a criatividade aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O tema tem como objetivo demonstrar como a PI pode incentivar o desenvolvimento e a propagação de soluções criativas e inovadoras necessárias para construir um futuro sustentável. O papel desempenhado pela PI em cada um dos 17 ODS da ONU é objeto de um material interativo preparado pela OMPI.

Em comemoração à data, preparamos este *one pager* para destacar o papel da PI em relação a alguns ODS bem como demonstrar a aplicação da matéria em discussões setoriais e em diferentes áreas do direito.



Ao proteger as criações advindas da intelectualidade humana, como invenções, marcas,

A Intersecção da PI com Setores do Mercado

obras artísticas e científicas, a PI estimula investimentos e garante que as ideias mais promissoras sejam transformadas em produtos e serviços tangíveis. A proteção à propriedade intelectual tem papel relevante no desenvolvimento de diversos setores, conforme ilustrado em alguns dos ODS selecionados abaixo.



A PI desempenha um papel crucial na promoção da inovação e no avanço

ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

da tecnologia em diversos setores, contribuindo para o desenvolvimento da indústria e de infraestruturas mais eficientes e sustentáveis.



No setor de life sciences, a proteção da PI estimula a pesquisa e o desenvolvimento de novos medicamentos e tratamentos, contribuindo

ODS 3 - Saúde e Bem-Estar

para melhorar a saúde e o bem-estar da sociedade.



educacionais inovadores, promovendo uma educação de qualidade e acessível para todos.

ODS 4 - Educação de Qualidade

Lei da Inovação

tecnologias.

O desenvolvimento de ativos de PI está diretamente

relacionado à Inovação, cujo sistema reúne a tríade

formada por **universidades**, **indústrias e governo**.

Estimulada pela Lei de Inovação, que é o principal

incentivo às políticas de inovação no Brasil, cria-se

um ambiente favorável a parcerias, participação de

instituições, normas de incentivo ao pesquisador-criador,

inovação dentro de empresas privadas e novas

A proteção da PI incentiva a produção e disseminação de materiais

Infraestrutura e Energia

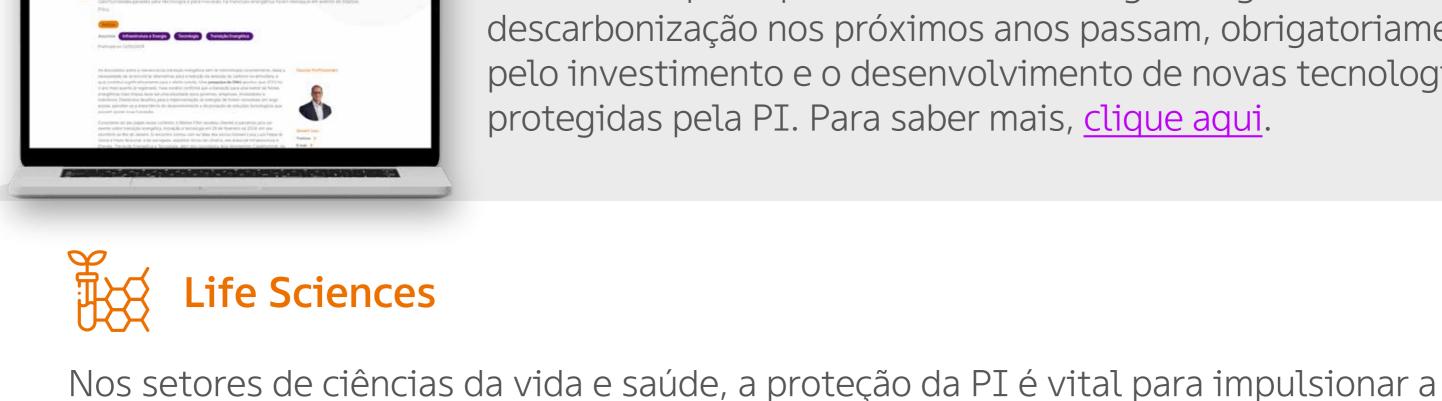
Alguns exemplos de como os setores

do mercado se relacionam com PI

A PI desempenha um papel essencial na promoção da inovação em infraestrutura e

energia. Ao proteger as novas tecnologias e processos sustentáveis, como energias renováveis, redes elétricas inteligentes e sistemas de transporte eficientes, a PI incentiva investimentos e avanços no setor, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e a conservação de recursos naturais. O investimento em inovação e PI neste setor está alinhado com previsões normativas relacionadas às obrigações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("PD&I") aplicáveis e aos instrumentos previstos nas Leis

nº 10.973/04 e 13.243/16 (conjuntamente "Lei de Inovação"). **Transição Energética:** o papel da PI e a proteção de inovação no processo de transição energética são muito relevantes. Os desafios para que a sociedade consiga atingir as metas de



descarbonização nos próximos anos passam, obrigatoriamente, pelo investimento e o desenvolvimento de novas tecnologias protegidas pela PI. Para saber mais, clique aqui.

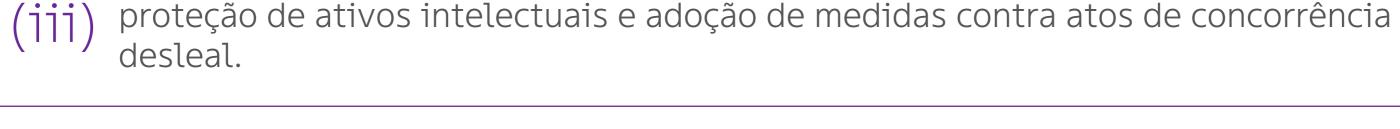
dispositivos médicos, servindo como relevante vantagem competitiva. A possibilidade de obtenção de exclusividade sobre invenções e proteção marcária, incentiva empresas do setor como farmacêuticas, de dispositivos médicos e outras focadas em tecnologia

a investirem em inovação, o que resulta em avanços significativos na saúde e no bem-estar da população global. A PI tem impacto em: negociação e elaboração de contratos processos de incorporação de novas tecnologias no SUS e na ANS relacionados ao desenvolvimento, licenciamento e exploração

pesquisa e o desenvolvimento de novos medicamentos, tratamentos, tecnologias e

A PI é um pilar central para a proteção e o estímulo à criação artística e cultural no setor do entretenimento. A PI salvaguarda os direitos

autorais, marcas e patentes que estão intrinsecamente ligados a



Entretenimento

produtos como filmes, músicas, jogos e programas de televisão. Essa proteção é fundamental para assegurar que os criadores sejam justamente remunerados por suas obras, incentivando, assim, a inovação e o crescimento econômico dentro do setor. A indústria do entretenimento é ampla e diversificada, abrangendo desde influenciadores digitais até a indústria fonográfica, passando por novas formas de ativos digitais como os Non-Fungible Tokens (NFTs).

A PI desempenha um papel crucial para incrementar a aprendizagem de estudantes e oferecer às instituições de ensino uma variedade de ferramentas para o desafio de educar. Em especial, a PI incentiva a produção e disseminação de materiais didáticos, recursos educacionais digitais (inclusive com ferramentas de IA) e metodologias de

importância, assim como a conformidade com regulamentações

específicas do setor, como as estabelecidas pelo Conselho

Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) e

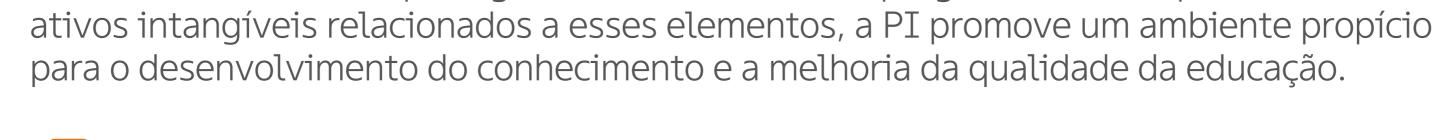
A imprensa, a publicidade, as redes sociais, os serviços

de *streaming* e as marcas de entretenimento são todos

afetados pela PI. Além disso, questões como a

pela Agência Nacional de Cinema (Ancine).

(anti)pirataria e o direito de imagem são de extrema



Agronegócio

com diversos temas atinentes à PI, incluindo projetos de PD&I e a compra e venda de ativos biológicos. A PI está presente no agronegócio no desenvolvimento e na proteção de cultivares e novas variedades vegetais, na proteção dos ativos desenvolvidos em decorrência das pesquisas, na regulação dos diversos tipos de contratos do setor e na proteção de invenções relacionadas a máquinas agrícolas. A proteção adequada da PI no agronegócio incentiva o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas agrícolas, contribuindo para a preservação da biodiversidade e para o aumento da produtividade e beneficiando agricultores e consumidores. mpacto Social e Filantropia

Além de seu papel na promoção da inovação e do desenvolvimento econômico, a PI

de licenciamento social e iniciativas de acesso aberto, empresas e organizações

podem usar ativos protegidos por PI para beneficiar comunidades e promover o

também é uma ferramenta para o impacto social e filantropia. Por meio de programas

ensino inovador as. Ao proteger os direitos autorais, programas de computadores e outros

Representando um segmento de mercado essencial para o Brasil, o agronegócio lida



A Intersecção da PI com Outras Áreas do Direito A PI não é um campo isolado do direito. Ela está intrinsecamente conectada a uma

desenvolvimento sustentável.

Essa interseção da PI com outras áreas do direito pode contribuir para alcançar ODS da ONU, incluindo: ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Ao garantir a proteção dos direitos de PI, fortalecemos o estado

de direito e promovemos instituições eficazes que protegem os

ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Questões relacionadas à PI, como contratos de trabalho e proteção

de segredos comerciais, influenciam diretamente as condições de

variedade de outras áreas. Ao explorar a intersecção da PI com outras disciplinas jurídicas,

podemos entender melhor como a proteção dos direitos de PI afeta questões tão diversas

como governança corporativa, litígios, relações trabalhistas e políticas fiscais.

interesses dos criadores e inovadores.

trabalho e o crescimento econômico.



ODS 10 - Redução das Desigualdades Ao promover a proteção da PI, podemos reduzir as disparidades no acesso à inovação e ao conhecimento, contribuindo para um

desenvolvimento mais equitativo e inclusivo.

Alguns exemplos de como PI se relaciona com outras áreas do direito Direito Societário e M&A

ativos intangíveis são essenciais. Durante o processo de due diligence, por exemplo,

programas de computador e outros direitos de PI de uma empresa para avaliar seu

A PI desempenha um papel central em *M&As*, onde a avaliação e proteção dos

deve-se examinar a extensão e a validade das patentes, registros de marcas,

valor para a operação societária (principalmente quando os ativos de PI estiverem relacionados ao core de suas atividades) e potenciais riscos legais. Direito do Trabalho Questões relacionadas à PI, como acordos de confidencialidade e cláusulas de PI em

contratos de trabalho, políticas das empresas e normas coletivas que têm como objetivo atribuir a titularidade de ativos intangíveis desenvolvidos no âmbito das relações de emprego, são frequentemente abordadas no contexto do Direito do Trabalho.

Contencioso

de patentes e marcas registradas até casos de concorrência desleal e pirataria. O contencioso viabiliza a defesa dos ativos dos titulares dos direitos, por meio de envios de notificações extrajudiciais ou ações judiciais nas esferas estadual e federal (nesse caso, ensejando, também, a atuação do INPI no âmbito judicial). Direito Tributário

Litígios envolvendo a PI são comuns, abrangendo desde disputas por violação

A intersecção entre o Direito Tributário e a PI é complexa e de grande relevância. As operações que envolvem ativos de PI possuem particularidades tributárias que devem ser cuidadosamente consideradas. Por exemplo, o preço de transferência é um tema crítico quando se trata de transações internacionais envolvendo PI, pois as legislações fiscais exigem que as operações entre partes relacionadas sejam realizadas em condições de mercado, o que pode ser desafiador devido à singularidade dos ativos de PI. Além disso, as despesas com PD&I frequentemente gozam de tratamento fiscal preferencial, como deduções fiscais ou créditos tributários, incentivando assim a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Outro ponto de atenção é o tratamento fiscal aplicado a royalties e licenças, que são formas comuns de exploração comercial da PI e que podem ter regimes tributários específicos, variando conforme a jurisdição. A correta compreensão e aplicação das normas tributárias relacionadas à PI são essenciais para a otimização fiscal e a conformidade legal das empresas.

Fonte: Nações Unidas - Brasil. Disponível em https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Visitado em 25.04.2024.

mattosfilho.com.br